CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PROPOSIÇÃO LIDA E APROVADA
EM 23/05/2018
PRESIDENTE

Secretaria Geral

MOÇÃO DE PESAR 029

"DEUS é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente na angústia" (Salmo 46.1)"

A Câmara Municipal de Vitória da Conquista manifesta o seu Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Coriolano Sousa Sales, ocorrido no dia 21 de maio de 2018, aos 74 anos.

Coriolano Sousa Sales nasceu em Santa Teresinha (BA) em 1° de agosto de 1943, filho de Rosalvo Sales Rodrigues e de Eufrásia Amaral de Sousa Rodrigues.

Em 1970 formou-se em direito pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e, três anos depois, tornou-se advogado do Banco Nacional da Bahia (BNB) e dois anos depois do Banco do Estado da Bahia S.A. (Baneb), atividades que exerceria até 1982.

Em 1981 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo qual candidatou-se à Assembleia Legislativa em novembro do ano seguinte. Eleito, assumiu o mandato no início de 1983, participando dos trabalhos legislativos como vice-líder, presidente da comissão especial sobre conflitos de terra, relator-geral da Comissão de Divisão Territorial, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o condomínio Barro Preto e titular das comissões de Justiça, de Redação Final e de Finanças e Orçamento e das CPIs do Baneb, do endividamento do estado e das sementes.

Em 1985, tornou-se tesoureiro-geral do PMDB da Bahia e, em novembro de 1986, foi reeleito. Assumindo o mandato no início do ano seguinte, participou dos trabalhos legislativos como presidente da mesa da Assembleia Legislativa e da Assembléia Estadual Constituinte.

Em 1990, ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual se candidatou à Assembleia pela terceira vez, em outubro desse ano. Eleito, assumiu o mandato no início de 1991, participando dos trabalhos legislativos como líder do partido. Ainda em 1991, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), exercendo o restante do mandato por essa legenda. Foi líder do partido. Em 1993 tornou-se presidente regional.

Em outubro do ano seguinte, elegeu-se deputado federal, tendo como reduto eleitoral Vitória da Conquista. Assumindo o mandato em fevereiro de 1995, participou dos trabalhos legislativos como titular da Comissão de Constituição e Justiça.

Em maio seguinte, a comissão aprovou a admissibilidade de projeto de emenda constitucional de sua autoria que instituía mandato-tampão para os prefeitos e vereadores eleitos em outubro/novembro de 1996, com o objetivo da realização de eleições gerais, de presidente a vereador, com possibilidade de reeleição para prefeito, em outubro de 1998.

Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso ainda em 1995, votou de acordo com as teses defendidas pela oposição, manifestando-se contrariamente à abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras; à revisão do conceito de empresa nacional; à quebra do monopólio estatal nas telecomunicações, na exploração do petróleo e na distribuição de gás canalizado pelos governos estaduais; e à prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), substituto do Fundo Social de Emergência (FSE), criado na legislatura anterior com o objetivo de financiar o plano de estabilização econômica do Executivo (Plano Real).

Em julho de 1996, declarou-se favorável à instituição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que sucedeu ao Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), criado para aumentar a arrecadação do Ministério da Saúde.

Em fevereiro de 1997, manifestou-se contrariamente à emenda que instituiu a possibilidade de reeleição para prefeitos, governadores e presidente da República e, em novembro seguinte, foi também contrário ao destaque ao projeto de reforma administrativa do Executivo que aprovou o fim da estabilidade no serviço público em caso de mau desempenho do servidor ou toda vez que os gastos com pessoal fossem superiores a 60% da arrecadação do estado.

Em junho de 1998, esteve ausente da sessão que aprovou o destaque da reforma da previdência do governo que previa a adoção de idade mínima como critério de cálculo na concessão das aposentadorias do setor privado.

Em outubro seguinte, foi reeleito, iniciando novo mandato em fevereiro de 1999. Em 2000, afastou-se temporariamente do cargo de para se candidatar à prefeitura de Vitória da Conquista, tendo obtido a segunda colocação na eleição, vencida por Guilherme Menezes de Andrade, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Teve uma filha.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 23 de maio de 2018.

Coriolano Moraes
Vereador (PT)